



UM OLHAR SOB O PRISMA DA RESPONSABILIDADE SOCIAL DA UNIVERSIDADE E A FUNÇÃO DA EAD COMO AGENTE RESPONSABILIZADOR DA IES PERANTE A SOCIEDADE

LUCIANA FLORENTINO NOVO

Resumo

A responsabilidade social destaca-se na contemporaneidade como um dos temas mais importantes e discutidos no âmbito organizacional. A relevância conferida ao tema expressa a necessidade de as empresas adotarem o conceito como uma necessidade vital de reconhecimento e melhoria de sua imagem perante a sociedade, sobretudo quando pressentem os resultados. A preocupação, no que se refere às questões sociais, não se restringe apenas ao segmento empresarial, mas também a instituições como as universidades públicas. Assim, o presente artigo relata alguns dos diversos papéis sociais desenvolvidos por estas instituições milenares. Em especial, aprecia-se o papel da Educação a Distância (EaD), que em um cenário como o do Brasil pode ser considerado como importante alternativa para atender as necessidades de formação profissional, tendo em vista a existência de grandes dimensões geográficas e sérias desigualdades regionais. As conclusões finais demonstram a pertinência de efetuar-se uma leitura dessa nova modalidade de educação como sendo mais um modo de atuação responsável da universidade perante a sociedade brasileira.

Palavras-chave: função social da universidade, responsabilidade social da universidade, educação à distância.

1. Introdução

Responsabilidade social é um dos temas que mais vem ganhando espaço nas freqüentes discussões de como uma empresa pode atuar em prol do desenvolvimento social. A conscientização em torno da temática tem aumentado a cada ano no segmento empresarial, contudo, as instituições de ensino superior não ficaram fora desta questão (TAVARES e PAZ, 2003).

Ristoff (1999) ao tratar do tema no âmbito universitário, entende que essas instituições têm o compromisso de serem onipresentes, pois foram criadas pela sociedade, para que a sociedade pudesse ajudar-se a si mesma. Ao mesmo tempo, Ramos (2002) sugere que para combater as desigualdades sociais e favorecer a mudança em prol de um mundo mais justo, deve-se usar a melhor e mais pacífica arma que se dispõe: o conhecimento. Como *locus* da produção deste conhecimento, a universidade, em especial a pública, precisa se engajar na luta por uma sociedade mais justa e igualitária. E neste momento, em que empresários, lideranças sindicais, organizações não-governamentais e outros setores da sociedade começaram a mobilizar-se na busca por alternativas que equacionem os impasses sociais, torna-se fundamental que essas instituições se engajem, efetivamente, no processo integrando-se e solidarizando-se na busca por um mundo melhor.

O papel social da universidade tem sido trazido à tona com uma freqüência cada vez mais significativa, constituindo-se em um dos temas mais atuais. Na opinião de Martins Filho (1997), essa questão consta na pauta de diversas conferências no Brasil e exterior, reunindo reitores de diversas nacionalidades.

O presidente do Instituto Latino-Americano de Educação para o Desenvolvimento, Luis Yarzábal, em conferência realizada em Buenos Aires, manifestou-se defendendo que as universidades públicas têm de ajustar seu compromisso, fundamentadas nas conclusões de toda uma década de discussões patrocinadas pela UNESCO, sobre políticas e estratégias de

mudança na educação superior. Na sua visão, as universidades públicas podem contribuir para modificar o curso da sociedade atual e ajudar a gerar opções e valores alternativos aos atuais modelos de organização social (UFRGS, 2002).

Cientes desse importante compromisso, passaram a aliar às diversas funções sociais já exercidas o oferecimento de uma nova modalidade de educação, já prevista na Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (LDB), de dezembro de 1996 - a educação a distância (EaD). Tal oferta passou a ser concretizada e efetivada de modo mais intenso, em especial, após a oficialização do Sistema Universidade Aberta (UAB), por meio do Decreto 5800, de 08 de junho de 2006, o qual possibilitou o acesso ao ensino superior de uma parcela significativa da sociedade que por diferentes motivos não apresentam condições de cursar a modalidade presencial de educação. Esse caminho, conforme será abordado no decorrer do artigo, foi percorrido por diversos países que procuraram nessa modalidade de ensino uma das formas de atender e transformar as comunidades localizadas em regiões menos favorecidas e que muitas vezes eram de difícil acesso.

2 Responsabilidade Social como Instrumento de Desenvolvimento Humano

Responsabilidade social é um dos temas que mais vem ganhando espaço nas freqüentes discussões de como uma empresa pode atuar de forma solidária em benefício do desenvolvimento social. O debate em torno do assunto teve início na década de 50, nos Estados Unidos, chegando aos meios empresariais e acadêmicos da Europa no final da década de 60, mesma época do marco de sua chegada no Brasil, com a criação da Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas – ADCE (TOLDO, 2002).

A partir dessa iniciativa, no Brasil, outras tantas foram desenvolvidas como a Eco 92, que se realizou no Rio de Janeiro, trazendo à tona a discussão referente à importância do meio ambiente e sua preservação. Em 1993 foi lançada a Campanha Nacional da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, pelo sociólogo Herbert de Souza (Betinho), apoiado pelo Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), campanha, considerada por diversos autores como marco da aproximação dos empresários com as ações sociais (TOLDO, 2002).

Cinco anos após, ou seja, em 1998, foi fundado o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, pelo empresário Oded Grajew, servindo como ponte entre os empresários e as necessidades sociais, objetivando a disseminação da prática da responsabilidade social das empresas, através de experiências, publicações, programas e eventos (TOLDO, 2002, p. 77). O instituto tem como missão “mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade sustentável e justa (ETHOS, 2004).

Quanto à visão, o Instituto considera que as empresas são importantes agentes de promoção do desenvolvimento econômico e do avanço tecnológico que está transformando rapidamente o planeta em uma aldeia global. Com isso, o bem estar da humanidade depende cada vez mais de uma ação cooperativa em nível local, regional, nacional e internacional. É fundamental que exista uma consciência global que engaje todos num processo de desenvolvimento que coloque como meta a preservação do meio ambiente, do patrimônio cultural, a promoção dos direitos humanos, e a construção de uma sociedade economicamente próspera e socialmente justa, considerando crucial a participação do setor empresarial nesse processo, já que as empresas, assim como os demais setores da sociedade ao estarem revendo seus papéis, estão adotando um comportamento socialmente responsável, constituindo-se em poderosos agentes de mudança para, juntamente com estados e sociedade civil, construir um mundo melhor. E, ao aliar suas atividades a um comportamento ético e socialmente responsável, as empresas adquirem o respeito das pessoas e comunidades que são impactadas por suas atividades e são gratificadas com o reconhecimento e engajamento dos seus

colaboradores e a preferência dos consumidores. Ao tornar-se cada vez mais fator de sucesso, a responsabilidade social das empresas abre novas perspectivas para a construção de um mundo economicamente mais próspero e socialmente mais justo (ETHOS, 2004).

As referências que designam o conteúdo da responsabilidade social das empresas, de acordo com Grajew (2001) são: a atuação baseada em princípios éticos que valorizem a sociedade e o meio ambiente; a sustentabilidade econômica, social e ambiental das atividades; e a busca de qualidade nas relações com empregados, consumidores, clientes, fornecedores, comunidade, bem como com a sociedade e com o meio ambiente.

A temática, ao tornar-se um vasto campo de discussão e questionamento quanto às suas dimensões e resultados, tem estimulado muitos estudiosos a definir seu significado, com vistas a um melhor entendimento e uma maior eficácia na sua aplicação (BORCHARDT, 2002).

Para o Instituto Ethos, responsabilidade social ultrapassa a postura legal da empresa, a prática filantrópica ou o apoio à comunidade, significando, portanto, uma verdadeira mudança de atitude numa perspectiva de gestão empresarial com foco na qualidade das relações e na geração de valor para todos (ETHOS, 2004). De acordo com Oliveira (2002), a responsabilidade social da empresa funde-se em uma nova visão da realidade econômica, sendo uma nova filosofia, um novo modo de conceber as relações entre os fatores de produção (trabalho e capital), dos quais surge uma nova concepção de empresa - a empresa cidadã, preocupada não somente em otimizar lucros, mas em melhorar as condições de vida na sociedade, em todos os seus aspectos.

Benedicto (1997) afirma que toda empresa tem o dever de pensar no bem-estar da sociedade, e não apenas no lucro e, define a responsabilidade social como o dever da empresa em auxiliar a sociedade no alcance de seus objetivos, constituindo-se em uma das maneiras de mostrar que não visa apenas explorar recursos econômicos e humanos, mas também contribuir com o desenvolvimento social (p. 76-77).

Diante do contexto global, caracterizado por um crescente processo de conscientização por parte de organizações e instituições quanto à importância de colocar-se em prática o conceito de responsabilidade social, cada vez mais difundido, muitas empresas nacionais e estrangeiras passaram a preocupar-se com questões que dizem respeito à sobrevivência da vida humana em condições ambientais favoráveis, bem como à adoção de ações visando o bem estar de funcionários e seus familiares, minimizando dessa forma, a distância entre o social e o econômico (TAVARES e PAZ, 2003).

A atuação dessas empresas vem ganhando grande importância, na medida em que dão sua contribuição para o equacionamento das questões sociais, ao mesmo tempo em que ganham reputação e respeito por parte dos consumidores (VASSALO, 1999, p. 70). A conscientização em torno da temática tem aumentado a cada ano no meio empresarial brasileiro e as instituições de ensino não ficaram de fora deste crescimento (TAVARES e PAZ, 2003). Mas é pertinente não se deixar de considerar que esse processo apresenta um caráter de relativa novidade junto ao meio empresarial, porém ele existe há muito tempo em instituições como a universidade, que desde a sua criação, tem a função social como razão essencial de sua própria existência.

3 As Funções Sociais da Universidade

A idéia de prover a sociedade de uma instituição gestora do conhecimento e da cultura universais é milenar. A procura da realização dessa idéia resume bem a longa história da instituição universitária, que no alvorecer do século XXI é a mais universal entre todas as estruturas de ensino e pesquisa existentes no mundo. A instituição é considerada uma conquista da civilização e diante de um mundo em transformação, e igualmente modifica-se,

pois é da sua natureza ser uma instituição contemporânea de seu tempo, que se expressa nos diferentes lugares com especificidade própria (ANDIFES, 2004).

No Brasil, a experiência universitária é bastante recente, até mesmo quando comparada aos demais países latino-americanos. As mais antigas universidades brasileiras não completaram um século de existência. Uma análise isenta desse quadro mostra, entretanto, que em poucas décadas a educação superior deu contribuição de grande importância para o desenvolvimento socioeconômico e cultural do país.

Há algumas décadas, as universidades dedicavam-se quase que exclusivamente a atividades de ensino. Hoje elas não apenas realizam a associação entre ensino e pesquisa que proporciona a estudantes e professores diálogo em condição de igualdade com seus colegas das mais importantes universidades do planeta como também, pelas atividades de extensão se fazem presentes nas comunidades locais e regionais.

De acordo com Panizzi (2003), a universidade moderna é o resultado de uma longa construção histórica, que consolidou-se e ganhou legitimidade como instituição por mostrar-se capaz de transmitir e de produzir conhecimentos, devendo necessariamente, associar as suas atividades-fim: ensino, pesquisa e extensão, atendendo dessa forma, ao princípio da indissociabilidade, preconizada no artigo 207 da Constituição Federal de 1988.

Ao constatar-se o que estabelece a legislação atual, é verificado o elevado grau de complexidade das atividades a serem desenvolvidas pela instituição universitária. Essas adquirem proporções normalmente inimagináveis para uma grande parcela da população, que na sua grande maioria atribui a mesma apenas uma de suas funções mais visíveis: a de formadora de recursos humanos para o mercado de trabalho. Buarque (1994) acredita, inclusive, que se fosse realizada uma pesquisa com o objetivo de identificar-se a missão maior da universidade, parte considerável dos respondentes diriam que era a formação de pessoal de nível superior.

Trindade (1994) sustenta que as funções da universidade ultrapassam em muito o aspecto profissionalizante. Do mesmo modo, Panizzi (2003) reconhece a relevância social da função universitária referente à formação profissional, mas considera-a apenas como uma das tantas atividades realizadas pela instituição, tendo como base que a universidade ao produzir conhecimento, ciência, tecnologia, arte, cultura, identidade, riqueza material e valores não está beneficiando somente o diplomado, mas a sociedade como um todo.

3.1 A Responsabilidade Social da Universidade

De forma semelhante ao que vem ocorrendo no ambiente empresarial, a discussão sobre o papel social da universidade, em especial da universidade pública, vem ganhando espaço, adquirindo um número cada vez maior de adeptos às reflexões que circundam a relação universidade e sociedade. Nas palavras de Drucker (1986), como nossa sociedade está se tornando rapidamente uma sociedade de organizações, todas as instituições terão de fazer com que o atendimento de valores, crenças e propósitos sociais básicos sejam importante objetivo para suas atividades contínuas e não uma responsabilidade social que restrinja ou se situe fora de suas funções fundamentais, enquadrando-se nesse contexto as instituições universitárias.

Quanto ao tema, a UNESCO, tem procurado delinear os papéis fundamentais a serem exercidos pelas universidades, sustentando que o processo de globalização, requerer uma conscientização plena dos problemas culturais, ambientais e sociais. Em seus relatórios explana que o papel das universidades deve ser “ainda maior no fomento dos valores éticos e morais na sociedade”, promovendo, “entre os futuros profissionais, um espírito cívico de participação ativa” (1995, p. 28), acrescentando que num sentido macro, a universidade deve buscar “soluções para os distintos problemas científicos, educativos e culturais relacionados com a sociedade em geral” (*idem*, p. 39).

No caso do Brasil, o grau dos problemas sociais exige que também a universidade os enfrente diretamente. O autor diz ser necessário que a estrutura universitária crie mecanismos de enfrentamento destes problemas reais, que não cabem dentro das preocupações específicas de cada departamento, devendo a universidade especializar-se não apenas por categorias do conhecimento, mas também pelos problemas reais da sociedade como a fome, o analfabetismo e a energia. Ao mesmo tempo, defende a necessidade de implantar-se estruturas que complementem a formação de alunos, professores e funcionários, no sentido de ampliar-lhes o horizonte de preocupações, incorporando valores éticos e interesse para com a humanidade em todas as áreas (BUARQUE, 1994). Nesse sentido, Marcovitch (1998) recomenda a necessidade de animar os pesquisadores a compartilhar seus estudos com a sociedade, sempre que possível, defendendo que cabe “elevar a percentagem de docentes dispostos a decodificar para o público aquilo que está sendo feito na universidade” (p. 137). A adoção desta atitude por parte dos docentes poderia, nas palavras do autor “contribuir para que a sociedade tivesse um respeito maior pela universidade, ao mesmo tempo em que ficaria melhor caracterizado o seu papel científico e cultural” (p. 138).

Tuttman salienta que a extensão universitária tem contribuído muito no repensar do processo acadêmico, pois, vem possibilitando o comprometimento da universidade com as demandas sociais, e com o impacto das ações acadêmicas em relação a tais demandas. A extensão, ao defender o argumento de que a formação do estudante não deve se limitar aos ensinamentos de sala de aula, abre caminhos para ampliar o entendimento de currículo e, dessa forma, efetivar o real sentido de sua existência e importância na construção e geração de conhecimentos, que venham ao encontro das reais necessidades da população (*apud* MELO e NOVO, 2003).

Comungando com a idéia de que a instituição universitária tem um papel imprescindível de responsabilidade para com as questões sociais, muitas universidades têm procurado aliar às funções de ensino, pesquisa e extensão, o papel de comprometimento para com os problemas da sociedade, voltando-se para o atendimento das demandas sociais mais urgentes. Exemplos concretos de atividades extensionistas podem ser citados, como o projeto FLORAM da Universidade de São Paulo (USP), voltado especificamente para a preservação florestal, obtendo reconhecimento internacional, tornando dessa forma, mais visível a importância de iniciativas nesta linha (MARCOVITCH, 1998, p. 69). Cita também outro exemplo bem visível e pertinente, o que se refere ao papel que vem sendo realizado pelos hospitais universitários frente ao colapso em que se encontra o sistema de saúde do país.

Essa situação no sistema de atendimento de saúde, verificada nos últimos anos, fruto do autodescredenciamento junto ao governo da maioria dos hospitais privados e filantrópicos, atirou sobre os hospitais públicos – especialmente os universitários – um fardo cujo peso vem aumentando a cada ano. Esses têm “assumido o papel de última e, por vezes, única salvaguarda da imensa população não coberta por seguros de saúde” (MARTINS FILHO, 1997, p. 49).

Bovo (1999) ao realizar um estudo sobre o impacto econômico e prestação de serviços da UNESP, no que tange à área de saúde, ou seja, aos serviços prestados pela universidade, por meio de seu hospital universitário, constatou que se as prefeituras dos municípios que recebem os seus serviços tivessem de atender a demanda que hoje é absorvida pelo HU, seria necessário a realização de investimentos na montagem de estruturas equivalentes às unidades da UNESP. Para tanto, o montante do investimento requerido, a valores vigentes no mercado, seria de aproximadamente 40 milhões. Valor que correspondia em média, a 25% da despesa do conjunto dos municípios na área de saúde no ano de 1996. O autor salienta que o montante refere-se somente aos investimentos em instalações e equipamentos, ou seja, à construção de uma estrutura não colocada em funcionamento, tendo ainda de ser considerados os gastos de custeio: pessoal, material de consumo, serviços de terceiros e encargos sociais (p. 81). O

estudo demonstra que para prestar esses serviços, a universidade realiza um dispêndio significativo de recursos, cuja repercussão social costuma ser “ignorada” por boa parte das autoridades governamentais, quando avaliam as atividades desenvolvidas pelas universidades públicas. Esse exemplo constitui-se apenas como um dos exemplos que demonstram que a universidade brasileira tem demonstrado características de uma profunda responsabilidade para com as questões nacionais, arcando com a responsabilidade profunda em diversas áreas (MARTINS FILHO, 1997, p. 29).

3.2 Trajetória da EaD

A difusão da educação a distância no mundo deve-se principalmente à França, Espanha e Inglaterra, pois os centros educacionais destes países contribuíram bastante para que outros pudessem adotar os modelos por eles desenvolvidos (ALVES, 1998). Litto (2002) esclarece que em outras nações existiam possibilidades de inovação, diferentemente do que ocorre no Brasil, onde há um histórico controle governamental sobre a educação superior. Desse modo, o desenvolvimento de diferentes cursos e estratégias de ensino ocorreu de modo muito mais veloz nesses países.

Assim, surge na Inglaterra, no final dos anos 60 a primeira universidade baseada totalmente no conceito de educação à distância - a Open University (OU) – a qual iniciou seus cursos em 1970. Dez anos após, já contava com 70.000 alunos, graduando 6.000 alunos a cada ano. Ao longo de seus 35 anos de existência, foram incorporadas todas as novas tecnologias que eram desenvolvidas e popularizadas, como vídeos e computadores pessoais nos anos de 80, e a Internet nos anos 90. A Open University forneceu referências para o surgimento de universidades abertas em vários outros países do mundo, entre as quais se pode citar a Anadoulou University, na Turquia; a Open Polytechnic, na Nova Zelândia; a Indira Gandhi National Open University, na Índia; e a Open Universität Heerlen, na Holanda (FAPESP, 2009).

Nações com vastas extensões geográficas desenvolveram sistemas de EaD para lidar com suas condições específicas, que freqüentemente apresentam desafios para a educação da população local. Niskier (1999) cita o Canadá, por exemplo, que por ter regiões geladas durante a maior parte do ano, de acesso impossível por terra, foi o primeiro país do mundo a utilizar satélites de telecomunicações só para a educação.

Já a Espanha criou em 1973 a Universidade Nacional de Educação a Distância (UNED), projeto, que "visou romper com a uniformidade dos centros educativos, aceitando a pluralidade e diversificação das instituições" (NISKIER, 1999, p. 227). Portugal apresentou sua própria Universidade Aberta em 1988. E, além do Brasil, outros países da América Latina, como Bolívia e Argentina, têm realizado diversas experiências em EaD.

Assim, a EaD teve uma primeira consolidação no início do século XX, e mais tarde, com o desenvolvimento dos meios de comunicação, dispôs de condições para a ampliação dos projetos existentes e realização de novos desafios, ao poder fazer uso de satélites e da Internet, ficando assim, as barreiras geográficas deixando de constituir impedimentos à ação educativa.

No Brasil, pode-se dizer que um dos marcos desta modalidade de educação foi o início das atividades realizadas pelo Instituto Universal Brasileiro, em 1941. Desse modo, durante boa parte do século XX, as atividades de educação a distância estiveram concentradas na distribuição de material impresso, via correio (SCHLÜNZEN JÚNIOR, 2009).

Com o passar do tempo, outros projetos foram desenvolvidos, principalmente com o uso do rádio, dentre os quais, pode-se citar o projeto Minerva (BELLONI, 2003). A TV também passou a ter sua importância, principalmente com os telecursos, que eram transmitidos em TV aberta para os mais diversos públicos.

Mais tarde, com a expansão da internet no país e a possibilidade de uso de novas tecnologias de comunicação, as universidades brasileiras passaram a dedicar-se de modo mais

enfático ao tema. Em especial, com a publicação da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (LDB), em dezembro de 1996, na qual a EaD passou a ser oficialmente considerada uma modalidade educacional válida e equivalente para todos os níveis de ensino. Esse passou a ser mais um importante marco para a educação a distância no Brasil, juntamente com a criação da Secretaria de Educação a Distância (SEED), em maio do mesmo ano. Essa Secretaria vem, desde então, enfatizando o uso intensivo de novas tecnologias para a educação, dedicando especial atenção à formação de professores para uma melhoria da qualidade da educação básica no Brasil, ao mesmo tempo em que se dedica ao movimento de inserção da educação a distância como modalidade educacional alternativa no país.

No ano seguinte (1997), diversas universidades e centros de pesquisa passaram a gerar ambientes virtuais de aprendizagem, iniciando a oferta de cursos de pós-graduação *latu sensu* via internet, demarcando, o nascimento da universidade virtual no Brasil.

Continuando o percurso, entre 1999 e 2001 universidades virtuais formaram redes de cooperação acadêmica, tecnológica ou comercial entre instituições brasileiras, e entre estas e organizações internacionais. Neste período, passaram a ser organizados consórcios por afinidade regional, consórcios temáticos e redes de instituições públicas, privadas e confessionais. (FAPESP, 2009)

Porém, a entrada da EaD no Brasil como modalidade pedagógica a serviço da formação de estudantes de graduação parece ter-se consolidado de modo mais efetivo com a criação do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), pelo Decreto 5800, de 08 de junho de 2006, já que das iniciativas em educação a distância, costuma ser o mais destacado, devido a sua abrangência, que atualmente conta com 555¹ pólos de atendimento presencial em todo o país.

O Sistema UAB não propõe a criação de novas instituições de ensino superior, mas sim a articulação das instituições já existentes, possibilitando levar ensino superior público de qualidade aos municípios que não possuem cursos de formação superior ou cujos cursos ofertados não atendem a demanda local. Nas palavras de Brito Povoas, o sistema:

“trata-se não apenas de mais um programa de governo a serviço da inclusão de sujeitos no mercado de trabalho. Agora, instituiu-se um sistema nacional com diretrizes e bases para a organização e funcionamento da EAD em todo o território nacional. Deixa-se, portanto, a improvisação de práticas pensadas para educar os excluídos socialmente. Parte-se para uma política educacional que tem por finalidade expandir o acesso ao ensino superior a partir do oferecimento de uma educação pública com qualidade”. (2008, p. 8)

3.3 EaD e Responsabilidade Social

Partindo-se do entendimento de que a educação tem papel ativo e significativo na transformação social, Marcovitch (1997) diz importar fundamentalmente que a universidade trabalhe para que o papel dos estudantes no futuro, sejam os verdadeiros agentes de mudança, afinal “a educação é instrumento social, político e econômico não para produzir, de forma isolada, a mudança social, mas para servir de instrumento para que os sujeitos sociais sejam sujeitos do processo de mudança” (BELLONI, 2000, p. 38).

Cientes do seu papel, as universidades têm aliado às diversas ações de responsabilidade social, mais uma – a ampliação do acesso ao ensino superior – por meio da adesão à modalidade de a educação a distância (EaD), modalidade de ensino, cuja oferta vêm crescendo exponencialmente nos últimos anos, em especial, após a criação do Sistema Universidade Aberta (UAB). Tal fato, pode-se dizer que confere à universidade uma aproximação mais efetiva com a sociedade, em especial em um país como o Brasil, que possui dimensões territoriais muito significativas e elevada desigualdade social, já que oportuniza o atendimento a demandas educacionais existentes em regiões bem menos favorecidas no país.

Ao mesmo tempo pode-se dizer que ela democratiza o acesso, promove a equidade, ao mesmo tempo em que favorece a autonomia de aprendizagem, preconizada pela própria LDB (BRITO POVOA, 2008).

Martins Filho (1997) diz que a universidade brasileira tem a característica de além de formar pessoas, e profissionais adequados, arcar com a responsabilidade profunda da participação séria na produção do novo, que dá independência ao país, que forma cidadania, que responsabiliza seus integrantes, os seus reitores, principalmente dessa relação profunda com a sociedade e da resposta ao investimento público e ao dinheiro que o povo brasileiro investe nessas sociedades. Assim, pensar em universidade é pensar, além do ensino de graduação, é pensar na pós-graduação, na pesquisa, na produção científica e na extensão, questões que demonstram o pleno compromisso da universidade com a sociedade.

Demonstrando preocupação em atingir populações localizadas em áreas menos privilegiadas e ciente da capacidade da educação como instrumento de transformação social, os cursos com modalidade a distância passam a ser um incremento à responsabilidade que a universidade já apresenta em relação à sociedade.

Os avanços tecnológicos dos últimos anos deram a EaD uma nova perspectiva e alavancaram novas ações. O processo de ensino e de aprendizagem passou a ser mediado por tecnologias digitais, onde alunos e professores encontram-se separados espacial e/ou temporalmente. O fator espaço e tempo são determinantes, pois os sujeitos participantes desta modalidade de educação não compartilham do mesmo espaço e, não necessariamente, do mesmo tempo (SCHLÜNZEN JÚNIOR, 2009).

Há que se destacar, porém que tal alusão à responsabilidade social da universidade, indiscutivelmente encontra-se sempre ligada ao oferecimento de um ensino de qualidade. Isto é questão *sine qua non*. Para tanto, obviamente, instituições terão de lançar mão das mais diversas e inovadoras tecnologias, em especial aquelas que promovam uma interação verdadeira entre professor, aluno e tutor, pois só assim se é capaz de atender ao pressuposto de autonomia na construção do conhecimento.

Quanto à abordagem de EaD a ser adotada pelas instituições, cabe o caminho em direção ao que Prado e Valente (2002) chamam de “Estar Junto Virtual”, tendo em vista que a escolha da abordagem a ser adotada implica em reflexos importantes no processo de ensino e aprendizagem em educação a distância.

O “Estar Junto Virtual” é uma abordagem de EaD fundamentada na exploração das propriedades interativas da tecnologia, promovendo o estabelecimento de uma rede no qual professores e alunos têm participação ativa. A comunicação é multidirecional e intensamente explorada, abrangendo a utilização de muitos recursos como: videoconferência, teleconferência, ambientes virtuais de aprendizagem, TV, material impresso, *softwares* educacionais para web, entre outras mídias digitais. Desse modo não se está apenas efetuando uma entrega de informações ao aluno (*Broadcast*), nem transpondo o modelo presencial de sala de aula (virtualização da sala de aula), partindo-se sim para uma abordagem que efetivamente possibilite a construção do conhecimento (SCHLÜNZEN JÚNIOR, 2009).

Agindo nesse sentido, passa a ser evidenciado o compromisso social da universidade, que deverá encontrar-se continuamente empenhada no equacionamento das questões que afligem a maioria da população, dirigindo seus interesses para as grandes questões sociais do país e àquelas demandadas pelas comunidades regionais e locais.

No que diz respeito ao tema responsabilidade social, tão em voga na atualidade, sendo tratada e discutida intensivamente por diversos setores sociais; pode-se dizer, de acordo com o exposto até então, que ao deparar-se com essa questão no âmbito universitário, o tema função social parece encontrar-se presente nas universidades, desde a sua criação, constituindo-se este aspecto em missão precípua há um tempo bem mais longínquo que a recente “onda de preocupação com o social”, que está a permear organizações de todo o mundo. Pode-se dizer

isso, obtendo respaldo nas palavras de Ristoff (1999, p. 192) que é enfático ao afirmar a importância do papel desempenhado pela universidade em prol da sociedade, já que estas “foram criadas pela sociedade para que a sociedade pudesse melhor ajudar-se a si própria”.

4 Conclusões

A partir do exposto, pode-se dizer que as universidades, vêm procurando cada vez mais aproximar-se da sociedade, interagindo com as questões sociais, por meio de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. E, desse modo, promovendo mudanças significativas na sociedade, em especial no que se refere às regiões próximas às localidades onde se encontram inseridas, o que pode ser verificado em diversos estudos direcionados ao tema. Porém, no contexto atual, a universidade está dando passos ainda mais largos, ao procurar atingir de modo mais efetivo também as localidades não tão próximas de seus *campi*.

Cabe salientar que é inegável que essa atuação já ocorre de modo muito pertinente por meio das atividades de extensão e de projetos como o Rondon, os quais levam importantes contributos a longuínquas comunidades desfavorecidas. Porém, agora, a universidade parece ousar ainda mais, conforme explanado anteriormente. Está buscando promover a melhoria da realidade vivenciada em diversas localidades menos privilegiadas da Nação, por meio da promoção da educação, a qual pode-se dizer que é o modo mais efetivo, ético e profundo de impulsionar uma verdadeira transformação social. Diz-se isso adotando como apoio as palavras de Belloni, nas quais enfatiza que “a educação é um instrumento social, político e econômico não para produzir, de forma isolada, a mudança social, mas para servir de instrumento para que os sujeitos sociais sejam sujeitos do processo de mudança” (2000, p. 38).

Nota Explicativa

¹ Conforme dados do MEC – www.mec.gov.br

Referências

ALTBACH, Philip G. **International higher education**, New York and London: Garland Publishing, 1991.

ANDES, 2003. **Clipping educacional de 16/5/2003**. Foco no Social, Valor Econômico, 16/5/2003 – São Paulo-SP Silvia Torikachvili, para o Valor de São Paulo, com a colaboração de Carolina Mandi. Disponível em: <http://www.andes.org.br> Acesso em: 01. fev. 2004.

_____. **Instituições criam Programas para auxiliar a população: Faculdades estabelecem novo tipo de relação com moradores de áreas próximas** Silvia Torikachvili, Para o Valor, de São Paulo. Disponível em: <http://www.andes.org.br> > Acesso em: 01. fev. 2004.

ARMONI Amnon. **Panorama da indústria da educação no EUA**. **Revista @prender Virtual**. São Paulo: edição n.6, ano 2, n.3, p.6-9, mai./jun. 2002.

BALDRIDGE, J. Victor. **Estruturación de políticas y liderazgo efectivo en la educación superior**. México: Noema, 1982.

BELLONI, Isaura. **A Função social da avaliação institucional**. In: Universidade Desconstruída: Avaliação Institucional e Resistência. Organizadores: DIAS SOBRINHO, José e RISTOFF, Dilvo L., Florianópolis: Insular, 2000.

BORCHARDT, Hartwig. **Um estudo sobre as informações que as empresas metropolitanas da região de Curitiba evidenciam no balanço social, enquanto**

instrumento de acompanhamento de sua responsabilidade social. Dissertação de Mestrado. Curso de de Administração da UFSC. 2002.

BELLONI, M. L. **Educação a distância.** 3.ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

BOVO, José Murari. **Universidade e Comunidade:** Avaliação dos impactos econômicos e da prestação de serviços. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Disponível em: http://www.fcap.br/proex/ext_univ.htm > Acesso em 25 de jan. 2004.

BRITO POVOAS, E.P . **A EAD na cultura universitária:** um estudo de caso. In: 14º CIAED - Congresso Internacional ABED de Educação a Distância, 2008, Santos. Anais do 14º CIAED - Congresso Internacional ABED de Educação a Distância, 2008.

BUARQUE, Cristovam. **A Aventura da Universidade.** São Paulo: Editora da Universidade do Estado de São Paulo, 1994.

DANTAS, Lucia. II Congresso de extensão das Universidades Públicas da Região Sudeste: extensão mostra a outra face das universidades. UERJ em questão. AnoVII - nº 62 abril/maio de 99. Disponível em <Http://www2.uerj.br/~emquest/emquestao05/extensao.htm>. Acesso em 12 de fev. 2004.

DIAS SOBRINHO, José. **Concepções de universidade e de avaliação institucional.** In: Universidade em Ruínas: na república dos professores. Petrópolis, RJ: Vozes/ Rio Grande do Sul: CIPEDES, 1999.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação da educação superior.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

DELORS, Jacques. **Educação: A utopia necessária.** Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, 1996.

DRUCKER, Peter F., **O novo papel da administração.** Coleção Harvard de Administração, São Paulo: Nova Cultural, 1986.

ETHOS. Instituto Ethos de Responsabilidade Social. Disponível em: <http://www.ethos.org.br>. Acesso em: 21 de dez. 2003.

FAPESP. **Histórico da EaD.** Disponível em: <http://ccvap.incubadora.fapesp.br/portal/coletivo/1-historico-da-ead/>. Acesso em 20 de ago. 2009

GOTTIFREDI, Juan Carlos. Resumo da conferência: A Universidade latino-americana frente aos desafios do mundo atual, **III Cumbre**, Porto Alegre: UFRGS, 26 de abril de 2002.

GRAJEW, Oded. **Negócios e responsabilidade social.** In Esteves S. (Org.) O dragão e a borboleta: sustentabilidade e responsabilidade social nos negócios. São Paulo Axis Mundi, 2000.

JORNAL DA UNIVERSIDADE – Especial, UFRGS, Abril de 2002
http://www.ufrgs.br/jornal/abril20; 02/especial_cumbre/pag02.htm > Acesso em: 21 de dez. 2003.

MARCOVITCH, Jacques. A Sociedade e o Ensino Superior. Artigo publicado no jornal Folha de São Paulo, em 18 de outubro de 1997.
Disponível em: <http://www.fia.com.br/professores/marcovitch/jacsr12.htm> > Acesso em 12 de fev. 2004.

MARCOVITCH, Jacques. **A Universidade Impossível**. São Paulo, Ed. Futura, 1998.

MARTINS FILHO, José. **Em defesa das universidades**. Brasília: Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras – CRUB, 1997

MELO, Pedro Antônio de e NOVO, Luciana Florentino. Artigo: **Universidade Empreendedora: fortalecendo os caminhos para a responsabilidade social**. Apresentado no III Colóquio Internacional de Gestão Universitária da América do Sul, Buenos Aires, Argentina, maio, 2003.

PANIZZI, Wrana. **Deve-se instituir uma contribuição social para o ensino superior ?** Não, a Educação é bem público. Jornal Folha de São Paulo de 23 de dez. 2003, Disponível em: <http://www.andes.org.br/Clipping/Andes/contatoview.asp?key=2302> > Acesso em 02 de fev. 2004.

_____. Proposta da Andifes para a universidade do século XXI. Disponível em www.andifes.org.br, em 25 de novembro de 2003.

PRADO, M. E. B. B. e VALENTE, J. A. Educação a distância possibilitando a formação do professor com base no ciclo da prática pedagógica. In: MORAES, M. C. (Org.), **Educação a distância: fundamentos e prática**. Campinas: Gráfica da UNICAMP, 2002

RAMOS, Mozart, Neves. **Universidade Pública, Solidária e Cidadã : As instituições públicas de ensino superior e a Responsabilidade social**. Publicado em 02 de jul. 2002, Disponível em <http://www.universiabrasil.net> > Acesso em 12 de fev. 2004 .

RISTOFF, Dilvo Ilvo. **Universidade em foco: reflexões sobre a educação superior**. Florianópolis: Insular, 1999.

SCHLÜNZEN JÚNIOR, KLAUS. **Educação a Distância no Brasil: Caminhos, Políticas e Perspectivas**. ETD – Educação Temática Digital, Campinas, v. 10, n.2, p.16-36, jun. 2009.

SOLINO, Antônia da Silva. Interação universidade-empresa: uma aliança estratégica para dar relevância e efetividade ao projeto acadêmico-profissional no contexto globalizado. **Revista da Engenharia de Produção /UFRN, CT.** – vol. 1, n.1 (jan./jun. 1999). Natal, RN, 1999.

TAVARES, Daniel e PAZ, Alberto S. Responsabilidade Social nas Instituições de Ensino **Revista Aprender Virtual**, março de 2003 p. 01-07 Disponível em: <http://www.aprendervirtual.com/> Acesso em 26 de mar. 2003.

TOLDO, Maresa. **Responsabilidade Social Empresarial**. In: Responsabilidade Social das Empresas: a contribuição das universidades, São Paulo: Peirópolis, 2002

TRINDADE, Hégio et. Al. **Universidade em Ruínas na República dos Professores**. Porto Alegre/RS: CIPEDS, 1999.

VASSALO, C. Agenda para o futuro e um caso exemplar. **Revista Exame**, nº 1, jan. 1999.